

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO I

<b>TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>25</b>
1. Introdução .....	25
2. Características .....	29
2.1. O vínculo usual com a dignidade humana .....	29
2.2. Inalienabilidade .....	31
2.3. Irrenunciabilidade .....	32
2.4. Indisponibilidade .....	33
2.5. Historicidade.....	35
2.6. Não taxatividade .....	35
2.7. Imprescritibilidade .....	36
2.8. Relatividade .....	36
3. Gerações de direitos fundamentais.....	42
3.1. Direitos de 1ª Geração.....	42
3.2. Direitos de 2ª Geração.....	43
3.2.1. Reserva do Possível.....	43
3.2.2. Mínimo Existencial .....	46
3.3. Direitos de 3ª Geração.....	47
3.4. Direitos de 4ª Geração.....	48
3.5. Direitos de 5ª Geração.....	48
3.6. Críticas à Teoria das Gerações.....	49
3.6.1. Terminologia .....	49
3.6.2. Dificuldade de aplicação no Direito Internacional .....	50
4. Cláusulas Pétreas.....	50
5. Sujeito Ativo e Passivo dos direitos fundamentais .....	56
5.1 Sujeito ativo .....	56
5.1.1 Direitos fundamentais de indivíduos expostos ao <i>jus puniendi</i> ...	56
5.1.2 Direitos Fundamentais (dos) Esquecidos: o interesse difuso ao próprio <i>jus puniendi</i> .....	59
5.1.3 Da pessoa jurídica como sujeito ativo de direitos fundamentais...	63
5.1.4 Do animal como sujeito ativo de direitos fundamentais .....	64
5.1.5 Do momento de aquisição de direitos fundamentais.....	65
5.2 Sujeito passivo .....	66
5.2.1 Eficácia horizontal dos direitos fundamentais: teoria direta, teoria indireta e doutrina da <i>state action</i> .....	67
5.2.2 Eficácia diagonal dos direitos fundamentais? .....	70
6. Aplicabilidade das Normas Constitucionais.....	71
6.1. Normas de eficácia plena.....	71

6.2.	Normas de eficácia contida.....	71
6.3.	Normas de eficácia limitada.....	72
7.	Núcleo essencial e restrição a direitos fundamentais.....	73
7.1.	Colisão ou tensão entre direitos fundamentais: da distinção entre proporcionalidade e sopesamento.....	77
7.2.	Suporte fático, âmbito de proteção e intervenções estatais.....	81
7.3.	Teoria interna, teoria externa e a doutrina dos “limites dos limites” ( <i>schranken-schranken</i> ).....	91
8.	Dimensão objetiva e dimensão subjetiva dos direitos fundamentais.....	95
9.	Direitos fundamentais putativos.....	96
10.	Teoria dos deveres fundamentais.....	98

## CAPÍTULO II

<b>DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS .....</b>	<b>103</b>
1. Direitos individuais.....	103
1.1. Noções gerais e localização topográfica.....	103
1.2. Direito à vida.....	105
1.2.1. Aborto.....	108
1.2.1.1. <i>Fetal heartbeat bills</i> .....	112
1.3. Direito à liberdade.....	113
1.4. Direito à igualdade.....	116
1.4.1. Isonomia no contexto racial.....	121
1.4.1.1 O triste caso <i>Dred Scott v. Sandford</i> (1857).....	122
1.4.1.2 A Doutrina do “Separados, mas iguais” ( <i>Plessy v. Ferguson</i> – 1896) e a Segregação Racial nas Escolas ( <i>Brown v. Board of Education</i> – 1954).....	124
1.4.1.3 Cotas raciais no Brasil.....	125
1.4.2. Isonomia no contexto da orientação sexual e identidade de gênero.....	130
1.4.2.1. Utilização de banheiros femininos por transexuais....	132
1.5. Direito à segurança.....	137
1.6. Direito de propriedade.....	137
2. Princípio da isonomia no contexto dos homens e mulheres.....	137
2.1. Noções gerais.....	137
2.2. A Teoria do Impacto Desproporcional ( <i>Disparate Impact Doctrine</i> ).....	139
2.3. Exceções ao princípio da isonomia.....	142
3. Princípio da Legalidade.....	142
3.1. O alcance da expressão lei.....	143
3.2. Legalidade <i>versus</i> Reserva Legal.....	145
4. Vedação à tortura.....	147
4.1. Tortura e Lei de Anistia.....	147
5. Liberdade de expressão.....	150
5.1. A dicotomia da constituição de 1988 quanto aos marcos teóricos de voltaire e karl popper.....	165

5.2.	O caráter preferencial da liberdade de expressão .....	166
5.3.	Discurso de ódio ( <i>hate speech</i> ) .....	168
5.4.	<i>Fake News</i> .....	176
5.4.1.	<i>Fake news</i> lícitas .....	177
5.4.2.	<i>Fake news</i> ilícitas .....	180
5.5.	<i>Blasphemy Laws</i> .....	182
5.6.	Obscenidade e Teste de Miller ( <i>Miller Test</i> ) .....	185
5.7.	O teste do “ <i>Clear and Present Danger</i> ”: uma metodologia para aferir a violação à liberdade de expressão .....	188
5.8.	A vedação ao anonimato .....	189
5.9.	A Liberdade de Expressão na Convenção Interamericana de Direitos Humanos .....	190
5.10.	Liberdade de expressão no ecossistema digital e Marco Civil da Internet .....	190
5.11.	Reclamações constitucionais e liberdade de expressão .....	197
6.	Laicidade do Estado .....	200
6.1.	O chamado “ <i>Lemon Test</i> ”: uma metodologia para aferir a violação à laicidade .....	204
6.2.	Cultos que desafiam costumes sociais .....	206
6.3.	Direito ao Proselitismo e Direito ao Segredo .....	208
6.4.	Liberdade de expressão de sacerdotes religiosos para a desqualificação de outras religiões: os limites do proselitismo .....	213
6.5.	Homossexualidade e Religião: equacionando uma tensão entre direitos fundamentais .....	215
6.6.	Casamento religioso .....	219
6.7.	Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo (art. 208, CP) .....	220
6.8.	Transfusão de sangue em Testemunhas de Jeová .....	220
7.	Escusa de consciência .....	221
8.	Liberdade de expressão (intelectual, artística, científica e de comunicação) e vedação à censura .....	225
8.1.	Da liberdade de expressão intelectual e científica .....	225
8.1.1.	Da proteção constitucional à publicação literária e científica de ideias antissociais .....	225
8.1.2.	Autonomia universitária, vedação à censura e classificação indicativa .....	229
8.2.	Da liberdade de expressão artística .....	231
8.3.	Da liberdade de expressão comunicativa .....	233
8.3.1.	A “ <i>Fairness Doctrine</i> ” como uma dimensão positiva da liberdade comunicativa .....	233
8.3.2.	Do assédio judicial a jornalistas .....	236
8.4.	Biografias não autorizadas: (in)constitucionalidade dos arts. 20 e 21, CC/02 .....	237
9.	Proteção da intimidade, vida privada, honra e imagem .....	238
9.1.	Intimidade <i>versus</i> vida privada .....	239

9.2.	O Teste da Expectativa Razoável de Privacidade ( <i>Reasonable Expectation of Privacy – Katz Test</i> ) .....	241
9.3.	Honra (objetiva e subjetiva) .....	242
9.4.	Imagem .....	242
9.4.1.	Imagem retrato.....	243
9.4.2.	Imagem atributo.....	244
9.5.	Dano material e dano moral .....	244
9.6.	Direito ao Esquecimento.....	244
9.7.	<i>Spywares</i> .....	246
10.	Inviolabilidade de domicílio.....	249
10.1.	Conceito e abrangência do vocábulo “casa”.....	249
10.2.	Hipóteses constitucionais e a jurisprudência do STF.....	250
11.	Sigilo epistolar, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.....	259
11.1.	O alcance da expressão “salvo, no último caso”.....	259
11.2.	Utilização da interceptação telefônica em processos e procedimentos não criminais .....	263
11.3.	Lei de interceptação telefônica e o STF .....	264
11.4.	Teoria do Juízo Aparente.....	265
12.	Direito de Locomoção .....	269
12.1.	Direito plasmado em norma de eficácia contida .....	269
12.1.1.	Restrições infraconstitucionais.....	269
12.1.2.	Restrições trazidas pela própria Constituição .....	270
13.	Direito de reunião .....	271
14.	Liberdade de associação .....	275
15.	Direito à propriedade privada .....	279
15.1.	Considerações gerais.....	279
15.2.	Restrições ao direito de propriedade .....	280
15.3.	Noções gerais .....	280
15.4.	Interdisciplinaridade da função social .....	282
15.5.	Conceito .....	283
15.6.	Exceções.....	283
16.	Inafastabilidade da jurisdição.....	289
16.1.	Noções gerais e conteúdo do princípio.....	289
16.2.	Exceções ao princípio do livre acesso à justiça .....	290
17.	Segurança Jurídica.....	292
17.1.	Noções gerais.....	292
17.1.1.	Vertente objetiva do princípio da segurança jurídica: estabilidade e previsibilidade.....	293
17.1.2.	Vertente subjetiva do princípio da segurança jurídica: proteção da confiança .....	296
17.1.3.	Jurisprudência do STF.....	297
18.	Princípio do juiz natural.....	297
18.1.	Noções gerais .....	299

18.2.	Princípios constitucionais .....	299
18.3.	Execução Provisória da condenação no Tribunal do Júri .....	305
19.	Princípio da reserva legal e princípio da anterioridade .....	306
19.1.	Noções gerais .....	306
19.2.	Tipos penais pretorianos .....	307
19.3.	Percorrendo os degraus da escada para uma válida criminalização: um guia para o Poder Legislativo .....	308
19.3.1	Crimes como imoralidades intoleráveis .....	309
19.3.2	Crimes como comportamento concretos, não estilos de vida..	311
19.3.3	Crimes produtores de danos sociais .....	313
19.4.	Medidas provisórias .....	318
19.5.	O alcance da norma .....	319
19.6.	Normas penais em branco .....	319
19.7.	Extra-atividade como gênero de duas espécies: retroatividade e ultra-atividade .....	320
19.8.	(In)constitucionalidade das leis temporárias e excepcionais (art. 3º, CP) ....	320
19.9.	Conjugação de leis .....	321
19.10.	Lei mais benéfica e coisa julgada .....	321
20.	Racismo .....	322
20.1.	Mandados de criminalização e o princípio da vedação à proteção insuficiente .....	322
20.2.	O racismo na visão do STF: caso Siegfried Ellwanger .....	323
20.3.	Racismo e homofobia no STF (ADO 26 e MI 4733): um tipo penal pretoriano .....	326
20.4.	Injúria Racial e Injúria fundada em orientação sexual (MI 4733 ED): um novo tipo penal pretoriano .....	334
21.	Crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia .....	335
21.1.	Noções gerais e diferenças entre os institutos da graça, anistia e indulto .....	335
21.2.	Regime jurídico mais rígido para crimes hediondos e equiparados: visão do STF .....	336
21.3.	A hediondez superveniente constitui obstáculo à vedação do indulto?	337
21.4.	Anistia e crimes contra o Estado Democrático .....	338
22.	Intransmissibilidade da pena .....	339
22.1.	Segregação por idade .....	345
22.2.	Segregação pelo sexo .....	346
22.3.	Segregação entre pessoas maiores e do mesmo sexo .....	346
23.	Extradição de brasileiro .....	348
23.1.	Conceito de extradição e aspectos constitucionais .....	348
23.2.	Requisitos impostos pela lei e pela jurisprudência do STF .....	350
23.3.	Distinções entre institutos assemelhados .....	352
23.4.	Entrega de brasileiros para o Tribunal Penal Internacional .....	353
24.	Extradição de estrangeiro .....	354
24.1.	Noções de crimes políticos: os critérios da preponderância e da principalidade .....	354

24.2.	A decisão do STF vincula o presidente da República?.....	356
25.	Juiz Natural.....	358
25.1.	Noções gerais.....	358
25.2.	Promotor Natural.....	363
25.3.	Juiz sem rosto.....	364
26.	Devido processo legal.....	365
26.1.	Noções gerais.....	365
26.2.	Dimensão adjetiva ou formal.....	365
26.3.	Dimensão substantiva ou material.....	367
26.3.1.	Uma visão crítica acerca da dimensão substantiva do Devido Processo Legal.....	368
27.	A ampla defesa e o contraditório.....	370
27.1.	Noções gerais e conceitos: contraditório formal, material e ampla defe- sa.....	370
27.2.	Contraditório e ampla defesa nas demandas executivas.....	370
27.3.	Estudo das súmulas do STF.....	371
27.3.1.	Exigência de depósito prévio para recursos administrativos....	371
27.3.2.	Mitigação da súmula vinculante 3: “overriding”.....	371
27.3.3.	Defesa técnica de advogado.....	373
27.3.4.	Direito de acesso aos autos do inquérito.....	374
28.	Provas ilegais.....	374
28.1.	Provas ilícitas e provas ilegítimas.....	374
28.2.	Ilicitude por derivação.....	375
28.3.	Aplicação da proporcionalidade.....	377
29.	Princípio da não-culpabilidade (“presunção de inocência”).....	377
29.1.	Noções gerais.....	377
29.2.	Consequências do princípio da não-culpabilidade.....	378
29.2.1.	Execução provisória da pena e núcleo essencial do princípio da não-culpabilidade (“presunção de inocência”).....	386
29.3.	Temperamentos do princípio da não-culpabilidade no STF.....	389
30.	Prisões.....	393
30.1.	Noções gerais.....	393
30.2.	Prisões compatíveis com a nova ordem constitucional.....	393
30.3.	Jurisprudência do STF.....	395
31.	Vedação à incomunicabilidade da pessoa presa.....	397
31.1.	Direito ao silêncio.....	398
32.	Liberdade provisória.....	405
32.1.	Noções gerais.....	405
32.2.	Posição do STF acerca da liberdade provisória em crimes inafiançáveis	406
33.	Prisão civil por dívida.....	407
33.1.	Noções introdutórias.....	407
33.2.	Dívida de alimentos e prisão civil.....	408
34.	<i>Habeas corpus</i> .....	409
34.1.	Natureza jurídica.....	409

34.2.	Objeto .....	409
34.3.	Partes.....	410
35.	Mandado de segurança .....	411
35.1.	Conceito e natureza jurídica .....	411
35.2.	Objeto .....	411
35.3.	Prazo .....	412
35.4.	Partes.....	412
36.	Mandado de injunção .....	414
36.1.	Conceito e natureza jurídica .....	414
36.2.	Normas de Eficácia Limitada e a Inconstitucionalidade por omissão.....	414
36.3.	Efeitos da decisão .....	415
37.	<i>Habeas data</i> .....	418
37.1.	Conceito e Natureza Jurídica .....	418
37.2.	Objeto .....	418
37.3.	A prévia utilização das vias administrativas .....	419
38.	Ação popular .....	419
38.1.	Conceito e natureza jurídica .....	419
38.2.	Legitimidade ativa.....	419
38.3.	Legitimidade passiva .....	420
38.4.	Objeto .....	420
38.5.	Competência .....	421
38.6.	Isenção de custas .....	421
39.	Tratados Internacionais.....	430
39.1.	Incorporação dos tratados internacionais .....	430
39.2.	Posição hierárquica dos tratados internacionais.....	433
39.3.	(Im)possibilidade de denúncia de tratados com <i>status</i> de emenda constitucional .....	436
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>		<b>439</b>